



CASCAIS

Relatório
Orçamento 2015



Índice

<i>I - Introdução</i>	3
<i>II- Enquadramento Orçamental</i>	8
<i>III – As Grandes Opções do Plano para 2015 – 2018 e o Orçamento Municipal 2015</i>	9
<i>IV - Medidas orientadoras da execução Orçamental 2015</i>	11
<i>V - Orçamento da Receita para 2015</i>	14
Composição da Receita para 2015 e pesos percentuais	14
Evolução da Receita Orçada 2012 a 2015.....	16
<i>VI - Orçamento da Despesa para 2015</i>	17
Composição da Despesa para 2015 e pesos percentuais.....	17
Evolução da Despesa Orçada 2012 a 2015	19
Resumo da Despesa por Classificação Orgânica 2015.....	20
<i>VII - Equilíbrio Orçamental 2015</i>	21
<i>VIII - Grandes Opções do Plano 2015 - 2018</i>	22
Despesa por Classificação Orgânica 2015 a 2018.....	24

I - Introdução

No cumprimento dos termos legais apresentamos à Câmara e Assembleia Municipal, o Orçamento para 2015 e as Grandes Opções do Plano para 2015-2018.

A maioria política que governa o município de Cascais recebeu um mandato claro dos cascalenses nas eleições autárquicas de 29 de setembro de 2013: fazer de Cascais o melhor lugar para se viver um dia ou a vida inteira.

A nossa ambição, todos concordarão nesse ponto, vale por si mesma. Mas para além do seu valor intrínseco, tem dois méritos de grande alcance.

Primeiro mérito: é uma ambição que une. Quando vivemos um tempo em que os compromissos são tão necessários no país, o executivo municipal apresenta uma estratégia que é partilhada sem dificuldade nem hesitações por todos os que têm uma visão positiva para Cascais.

Segundo mérito: é uma ambição feita para todos. Esta maioria governa para os cascalenses deste tempo e deste espaço a quem procura dar um incomparável nível de vida. Mas não governa exclusivamente para eles. Esta maioria tem o dever moral e político de respeitar o contrato de gerações, deixando aos nossos filhos, aos cascalenses de amanhã, um território mais próspero e mais sustentável. Ou, pelo menos, um território livre de encargos semelhantes aos que, por exemplo, herdámos do passado e que pesam ainda hoje nas nossas vidas.

Há instrumentos específicos para podermos materializar a nossa estratégia. A política Orçamental é talvez um dos mais importantes.

Assumimos o presente Orçamento e as Grandes Opções do Plano no âmbito de um espaço temporal alargado. Estes dois documentos são instrumentos de política e de gestão que não podem, em qualquer circunstância, ser desligados da realidade e do contexto político do país.

A situação estrutural do país, apesar dos claros sinais de inversão de ciclo, é ainda de grande imprevisibilidade.

A supervisão financeira de que Portugal continua a ser objeto na decorrência dos compromissos internacionais assumidos, deixa aberta a porta para a alteração brusca e imprevista de variáveis. Cenários que, confirmando-se, podem obrigar as autarquias a acomodar mudanças largas com margens de manobra mínimas.

A este respeito, o executivo identifica quatro grandes riscos no curto prazo ao nível das variáveis fiscais com impacto direto no Orçamento Municipal. Dois riscos do lado da receita, dois riscos do lado da despesa.

Risco um, do lado da receita: a incerteza na cobrança de IMT. Por imposição dos credores internacionais, foi assumido politicamente o fim do IMT. Para 2016, no âmbito das reformas estruturais que Portugal tem de continuar a fazer, e já depois de o Governo ter conseguido protelar os prazos de implementação mas não invertendo a natureza da decisão, há o risco sério deste imposto de incidência exclusivamente municipal poder começar a verificar a sua extinção. Isto significa que desaparece da coluna da receita um imposto com impacto muito significativo.

Risco dois, do lado da receita: a incerteza na cobrança da Derrama. A reforma do código do IRC antecipa o fim de mais um imposto municipal o que constituiria uma enorme perda em todos os orçamentos municipais.

Risco três, do lado da despesa: aumento do IVA nas funções sociais e na prestação de bens públicos. As autarquias assistiram a um aumento da fatura da eletricidade por via da subida do IVA de 6% para 23%. A iluminação pública, uma função do Estado, é suportada com custos crescentes pelas autarquias. Também o aumento do IVA para a taxa máxima na prestação de serviços sociais, uma área onde as Câmaras fazem o que o Estado não sabe, não quer ou não pode fazer, acrescenta pressão adicional do lado da despesa.

Risco quatro, do lado da despesa: o comportamento da despesa social. Em Cascais a coligação de esforços entre a Câmara e o terceiro setor estancou os piores efeitos da crise. A pressão sobre a curva dos gastos com as prestações sociais estabilizou. Mas estamos ainda longe de poder aliviar os encargos com a rubrica de apoio social. A prudência fiscal e orçamental é, neste contexto municipal, a melhor aliada contra a incerteza.

Quanto mais sólidas forem as nossas finanças públicas, mais preparados estaremos para enfrentar a incerteza e eventuais choques externos. Paralelamente, quanto mais fortes forem as nossas finanças públicas mais capazes seremos de aproveitar as janelas de desenvolvimento económico, de atração de investimento e de criação de postos de trabalho.

Estes riscos são, por um lado, acompanhados pela confirmação do confinamento da iniciativa política das autarquias. O executivo tem-se batido ao mais alto nível por políticas de descentralização na educação, na saúde, na segurança social e também na fiscalidade.

Medidas de descentralização que dariam ao poder local a capacidade de, com base no desenho fiscal, colocar em prática políticas públicas capazes de: (1) aliviar as famílias e as empresas do fardo fiscal; (2) garantir a liberdade de iniciativa individual e empresarial; (3) aumentar a competitividade e a atratividade económica.

Respeitar o princípio da igualdade não é tratar tudo por igual. Por isso, estas políticas que propomos seguir, teriam na sua base princípios de discriminação positiva.

O IRS e o IMI são dois exemplos em que uma baixa sustentada da carga fiscal foi estudada pelo Executivo já para este ano mas que, em virtude de condicionantes externas, acabou por não poder ser aplicada.

Olhemos para esses exemplos.

Se o Orçamento do Estado tivesse contemplado a descentralização fiscal, poderíamos em Cascais aliviar o IRS para as famílias em função da composição do agregado. A título ilustrativo, uma família numerosa, ou uma família com cidadãos portadores de deficiência ou idosos a cargo, poderia ter uma cobrança de IRS abaixo dos 3,75% em vigor.

Se o Orçamento do Estado tivesse contemplado a descentralização fiscal, poderíamos em Cascais indexar a cobrança de IMI à eficiência energética dos edifícios, estimulando dessa forma o uso de energias verdes, diminuindo a fatura dos contribuintes e contribuindo para a abertura de uma nova cadeia de valor local.

Se o Orçamento do Estado tivesse contemplado a descentralização fiscal, poderíamos em Cascais aplicar fórmulas inovadoras de cobrança na derrama, premiando as empresas inovadoras, as empresas exportadoras e as empresas criadoras líquidas de postos de trabalho.

Se o Orçamento do Estado permitisse, era isto que teríamos feito para quebrar um ciclo de políticas fiscais que não alcançam a igualdade nem nos seus princípios nem nos seus efeitos.

Resta-nos por isso, utilizar os instrumentos ao nosso dispor que, nos últimos anos, têm estado ao serviço da compatibilização de duas tendências:

- Consolidação das contas públicas e desanuviamento fiscal.

Desde 2011 este Executivo abateu 37 milhões de euros de dívida – 17 milhões a terceiros, 10 milhões à banca e 10 milhões em devolução de imposto ao Estado.

Desde 2011, e mantendo a carga fiscal global estabilizada, este executivo desonerou as empresas e as famílias em mais de 55 milhões de euros.

Para o próximo ano, o executivo vai ainda assim promover um cirúrgico alívio fiscal em sede de IMI com a criação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU's) e canalizar os valores da coleta de IRS (3,75%) para as nossas três prioridades sociais: o apoio à primeira infância, à terceira idade e aos cidadãos portadores de deficiência.

Quanto ao IMI, acreditamos que este é um bom ponto de partida para moralizar o sistema e criar riqueza. Moralizamos o sistema porque se cria uma distinção entre quem não cuida o património e quem o respeita. A esse respeito, os proprietários zelosos são recompensados. Criamos riqueza porque ao induzir a regeneração e reabilitação urbana em centros históricos, elevamos o perfil turístico, a qualidade de vida e a atratividade comercial de Cascais. E precisamente porque induzimos a recuperação urbana, estimulamos as pequenas e médias empresas de base local.

Em resumo: apesar da situação em Cascais ser de exceção no panorama nacional, com uma taxa de desemprego muito inferior à média nacional, com finanças públicas em ordem, e com uma dinâmica económica assinalável, o Executivo tem consciência

de que cruzamos coletivamente um tempo muito adverso pelo grau de imprevisibilidade que comporta.

E, nesse sentido, este é um Orçamento de combate à incerteza. É um orçamento que aplica o mais pertinente princípio de prudência: prepara-nos para o pior esperando o melhor.

Este não é um Orçamento de desejos. É um Orçamento de possibilidades. É um Orçamento de realismo. É um Orçamento de rigor e estabilidade.

Com este Executivo, a Câmara não vendeu, não vende e nunca venderá ilusões aos Cascalenses.

Com este Executivo, Cascais continuará a criar emprego, continuará a apoiar os cidadãos mais necessitados e continuará na senda da prosperidade que todos, cá dentro e lá fora, nos reconhecem.

À semelhança do que tem vindo a acontecer nos últimos anos, este é um orçamento que abre espaço ao crescimento sem pôr em causa o rigor nas contas.

Cascais é um concelho ambicioso. Mas também é um concelho de contas certas. Assim, os documentos previsionais aqui apresentados têm como objetivo consolidar uma estratégia política e financeira que privilegia a análise assente na gestão patrimonial em detrimento da análise com base orçamental ou de caixa.

Para 2015, o valor do orçamento é o mais baixo desta maioria ao longo dos seus doze anos de exercício, quedando-se pelos 159 milhões de euros. E se considerarmos os valores atualizados, este é mesmo o Orçamento mais reduzido de sempre.

Fieis ao nosso princípio orientador, continuaremos a fazer mais. A fazer melhor. E como as contas mostram, a fazer com menos.

II- Enquadramento Orçamental

Desde 2011 que a melhoria contínua nos serviços municipais de Cascais tem sido a pedra de toque, seja através de novos modelos de gestão e governação, seja através de uma cada vez maior cidadania participativa.

Entendemos que deve ser a autarquia a realizar parcerias público-públicas (estado central e autarquia) de forma a contratualizar com o poder central a gestão de alguns setores. Acreditamos que pela proximidade com os nossos munícipes e pela capacidade de inovação e gestão que temos demonstrado ao longo dos últimos anos, conseguiremos, além de poupança significativa por economias de escala, melhores resultados práticos na oferta e satisfação do munícipe.

Ambicionamos uma prestação de serviço público de qualidade ao munícipe. Eficiente e eficaz, ao mesmo tempo que economicamente vantajoso. Aumentar a qualidade, reduzindo os custos, foi o que nos propusemos a fazer no universo autárquico, com sucesso e inovação.

É certo que Cascais, no contexto nacional e até europeu, tem uma situação invejável nas várias vertentes da sustentabilidade social, económica e ambiental, mas tal não permite que deixemos de nos precaver dos efeitos nefastos e das suas consequências em cada uma dessas vertentes da sustentabilidade, em especial a social.

Continuaremos a investir na área social e em quem mais precisa.

Cascais conquistou o prémio “bandeira verde da responsabilidade social”, pelas medidas no tarifário da água para carenciados e famílias numerosas.

Mas também na gestão dos recursos financeiros somos referenciados como um oásis neste deserto, promovendo o investimento necessário e programado, conseguindo cumprir as obrigações para com os trabalhadores, fornecedores e parceiros institucionais, em especial os que desenvolvem a sua atividade nos setores sociais.

Vejamos alguns dados do primeiro semestre que radiografam as contas municipais:

- autonomia financeira de 91%;
- taxa de execução da receita 40,4% (60% à data);

- aumentamos cerca de 9% na despesa total paga, refletindo este aumento um esforço na gestão de tesouraria;
- o esforço de reconciliação do património municipal foi de cerca de €25M no ultimo semestre;
- o serviço da dívida corresponde a 3,01% das receitas totais e os encargos financeiros 0,57% das despesas correntes;
- o município tem ainda mais de €25M de capacidade de endividamento;
- o universo municipal sofreu uma redução de 10 trabalhadores, apesar de termos incorporado cerca de 50 na EM Cascais Próxima por necessidade de resolver o problema das limpezas municipais, uma vez que o prestador (por se encontrar em insolvência) não fazia pagamentos aos funcionários e não cumpria a qualidade mínima do serviço.

Torna-se assim fundamental e estratégico, que a autarquia continue o trabalho na redução de custos correntes e se prepare para tempos de grande contenção que só podem ser mitigados com uma preparação sustentada na redução da despesa corrente e maximização da receita, não desprezando no entanto, o necessário investimento para a prossecução dos objetivos que garantam um futuro sustentável no município de Cascais.

Sustentados no trabalho que até aqui temos realizado, apresentamos assim, ao executivo e Assembleia Municipal, um orçamento para garante do futuro, sem desperdiçar as oportunidades decorrentes da avaliação da estratégia que temos vindo a implementar feita por parceiros e investidores.

III – As Grandes Opções do Plano para 2015 – 2018 e o Orçamento Municipal 2015

A Autarquia de Cascais iniciou em 2011 uma nova fase da sua política económica e financeira, com a implementação do chamado “Projeto de Coesão, Sustentabilidade e Desenvolvimento” para Cascais e esta foi a primeira “ferramenta” para racionalizar os recursos disponíveis.

Seguiu-se em 2012 (e revisto já este ano) o “Regulamento de Procedimentos para o Setor Empresarial Local e Fundações” que regulamenta e baliza a relação dentro do perímetro municipal consolidado.

Cascais tem tido uma boa gestão. Mas para o futuro, e porque se abriu um novo ciclo político, com um novo Executivo e com um novo realinhamento das orientações estratégicas, temos a confiança e a convicção de que que seremos capazes de gerir melhor. Dito de outra forma, estamos preparados para fazer mais, melhor e com menos.

Para 2015, a política Orçamental, económico-financeira e fiscal do Município continuará a ser promovida visando sempre: (1) aumentar a execução do investimento previsto; (2) reduzir os custos correntes de estrutura; (3) manter o esforço de captação de novas receitas e o aumento de cobrança.

A qualidade do gasto público, bem como o acompanhamento rigoroso das despesas de investimento vão continuar a ser uma prioridade também para o quadriénio.

O atual cenário macro económico-financeiro bem como importantes alterações legais, enquadraram-nos no desenvolvimento de estratégias e políticas que, capitalizando a posição de exceção de Cascais quando comparado com outros municípios e regiões, permitirá ao Executivo descortinar oportunidades nestes tempos de adversidade. Oportunidades que não deixaremos escapar e que colocaremos ao serviço de novas linhas de desenvolvimento, com isso garantindo a coesão e a equidade social e geracional.

As Grandes Opções do Plano permitem, por isso, assegurar uma trajetória de Crescimento Sustentado, através de políticas públicas de pendor personalista e humanista de reforço da coesão social do Concelho, de promoção de igualdade de oportunidades, de diminuição das assimetrias entre o litoral e o interior.

Assim a atividade da edilidade assentará em algumas premissas inalienáveis e que permitirão valorizar cada vez mais o posicionamento do município no ranking nacional das melhores práticas e da melhor qualidade de vida, colocando o concelho ao serviço de uma cidadania integral para todos os que cá vivem, trabalham ou visitam.

1 - Continuar a promover a coesão social dos Cascalenses, dando prioridade aos setores menos protegidos: os nossos cidadãos mais novos e a terceira idade, os cidadãos portadores de deficiência e os desempregados;

- 2 - Melhorar a qualidade de vida dos Cascalenses, reforçando uma coesão territorial harmoniosa;
- 3 - Diminuir as assimetrias ainda existentes entre o litoral e interior do concelho;
- 4 - Reforçar cada vez mais a qualidade ambiental do concelho;
- 5 - Promover o ordenamento do território, tendo mais e melhor qualidade na reabilitação urbana;
- 6 - Apostar no empreendedorismo, promovendo a eficiência do investimento e a dinâmica empresarial local;
- 7 - Reestruturação do património imobiliário, colocando-o ao serviço da estratégia municipal.

IV - Medidas orientadoras da execução Orçamental 2015

- Todas as Unidades Orgânicas que pretendam atribuir subsídios (capital ou correntes), terão de garantir (na sua cabimentação) que essas entidades procedem ao depósito na DCCD das suas prestações de contas aprovadas pelos respetivos órgãos e demais documentos já hoje obrigatórios;
- Eliminar todos os compromissos não realizados e excedentes de requisições externas respeitantes ao exercício de 2013 e anteriores;
- Cativar até 15% do financiamento definido para cada departamento, dependendo o seu desbloqueio, do evoluir da situação orçamental, muito especialmente no que concerne ao comportamento das receitas;
- Proceder à cativação de saldos existentes nas GOP's 2015 após a primeira reunião de câmara de setembro próximo, exceto nas situações de comprovada urgência, sendo avaliada a libertação desta verba em função da receita arrecadada em cada mês;
- Colocar no mercado de arrendamento alguns imóveis municipais, tendo em vista a sua rentabilização;
- Reavaliar e renegociar contratos de financiamento antigos, aproveitando a oportunidade que o panorama bancário nacional dá a autarquias com solidez financeira de reduzir o serviço da dívida;
- Continuar a implementar medidas de racionalização de água e luz, em particular nos edifícios municipais e sistemas de rega;
- Reavaliar a frota automóvel e a sua gestão, reduzindo-a, bem como a fatura com manutenções e combustíveis, readequando-a e racionalizando-a através de permutas e alienações, promovendo a utilização de energias limpas;

- Acelerar os processos de alienação de imóveis em curso, com valor global de, no mínimo, 6M€ até final do ano;
- Reduzir em 10%, para 2015, as dotações com todos os protocolos e subsídios, reavaliando a forma de concessão, reforçando a obrigatoriedade de justificação de propostas, definindo metas e objetivos, com exceção daqueles que tenham cariz social;
- Reduzir o endividamento empresarial municipal no endividamento municipal consolidado;
- Reavaliar a forma como o universo empresarial municipal é gerido financeiramente e encontrar, em conjunto com as respetivas administrações, os meios de reduzir a despesa e otimizar os recursos;
- Criar a obrigatoriedade de todas as propostas de investimento (no universo municipal consolidado) acima de €100.000 estarem alicerçadas num estudo de viabilidade económica com impacto a dez anos;
- Notificar os superficiários e/ou arrendatários de terrenos municipais, tendo em vista a regularização de todas as verbas em falta;
- Melhorar a comunicação interdepartamentos de forma a incentivar a celeridade na cobrança de receita municipal.

Conclusão

Delineados os objetivos e estratégia financeira do Município para o ano de 2015, importa, por último, referir que as linhas de orientação para a elaboração e construção do Orçamento 2015 se basearam em princípios de rigor, diálogo, partilha, transparência, contenção e racionalização.

Reiteramos que este não é um orçamento de desejos. É um orçamento de possibilidades e de necessidades. Das possibilidades e necessidades reais de Cascais. Princípios estes que estarão igualmente patentes no acompanhamento e execução orçamental, de forma a assegurar a concretização dos objetivos agora propostos.

Cientes dos tempos conturbados que continuaremos a cruzar em 2015, é absolutamente necessário manter a exigência de contenção a todos os eleitos, dirigentes e serviços municipais, assim como a todos os colaboradores, certos que este esforço continua a ser fundamental para consolidar o futuro de esperança dos munícipes e de Cascais.

Cascais, 29 outubro de 2014

V - Orçamento da Receita para 2015

No mapa 1 evidencia-se a distribuição da receita orçamentada para 2015 por classificação económica.

Do total da receita destacam-se os Impostos Directos (68,53%) e as Transferências Correntes (10,96%).

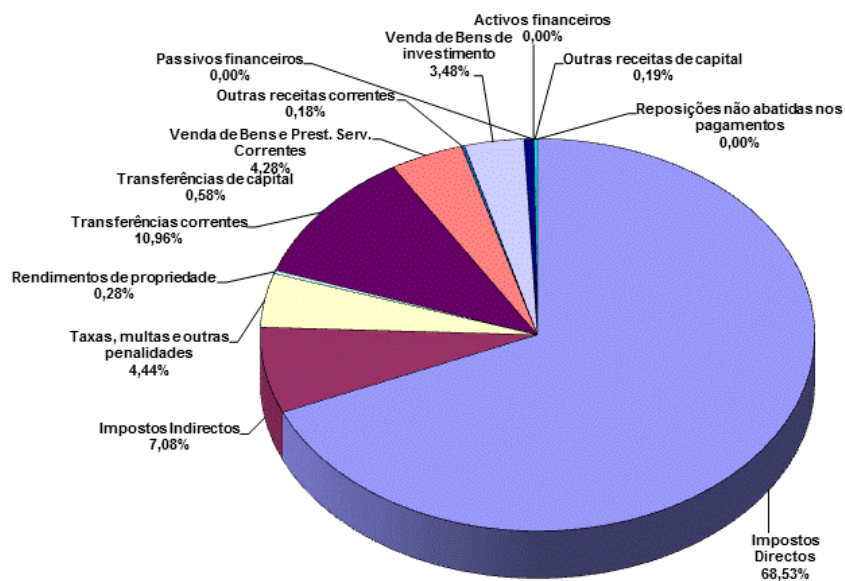
Composição da Receita para 2015 e pesos percentuais

Mapa 1 - Pesos percentuais por classificação económica da Receita 2015

Designação	2015 Orçado	Pesos Percentuais
Impostos Directos	109.637.555,00	68,53%
Impostos Indirectos	11.321.195,00	7,08%
Taxas, multas e outras penalidades	7.109.151,00	4,44%
Rendimentos de propriedade	444.637,00	0,28%
Transferências correntes	17.537.254,00	10,96%
Venda de Bens e Prest. Serv. Correntes	6.844.733,00	4,28%
Outras receitas correntes	281.709,00	0,18%
Receita Corrente	153.176.234,00	95,75%
Venda de Bens de investimento	5.563.849,00	3,48%
Transferências de capital	924.175,00	0,58%
Activos financeiros	120,00	0,00%
Passivos financeiros	60,00	0,00%
Outras receitas de capital	311.614,00	0,19%
Receita de Capital	6.799.818,00	4,25%
Reposições não abatidas nos pagamentos	10,00	0,00%
Saldo de Gerência	0,00	0,00%
Outras Receitas	10,00	0,00%
Receita Total	159.976.062,00	100,00%

Graficamente, a distribuição da receita, por classificação económica, pode ver-se no gráfico seguinte:

Pesos relativos das componentes da Receita

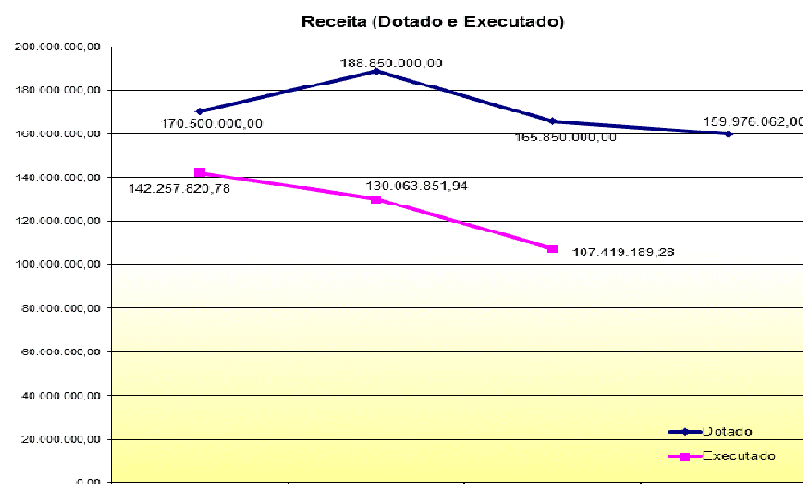


Evolução da Receita Orçada 2012 a 2015

A dotação global do Orçamento da Receita para 2015 apresenta um decréscimo de 3,54 % (€ 159.976.062) face ao orçamentado no ano 2014 (€ 165.850.000).

Mapa 2 – Evolução dos valores orçados

Designação	OM 2012	OM 2013	Variação 2012/2013	OM 2014	Variação 2013/2014	OM 2015	Variação 2014/2015
Impostos Directos	82.656.739,00	97.043.448,00	17,41%	88.397.280,00	(8,91%)	109.637.555,00	24,03%
Impostos Indirectos	10.188.566,00	11.696.785,00	14,80%	12.074.210,00	3,23%	11.321.195,00	(6,24%)
Taxas, multas e outras penalidades	8.086.772,00	7.739.562,00	(4,29%)	7.911.698,00	2,22%	7.109.151,00	(10,14%)
Rendimentos de propriedade	1.189.230,00	1.216.360,00	2,28%	439.491,00	(63,87%)	444.637,00	1,17%
Transferências correntes	22.523.907,00	18.091.018,00	(19,68%)	16.731.723,00	(7,51%)	17.537.254,00	4,81%
Venda de Bens e Prest. Serv. Correntes	8.441.088,00	8.624.280,00	2,17%	7.597.825,00	(11,90%)	6.844.733,00	(9,91%)
Outras receitas correntes	1.121.030,00	383.512,00	(65,79%)	735.402,00	91,75%	281.709,00	(61,69%)
Receita Corrente	134.207.332,00	144.794.965,00	7,89%	133.887.629,00	(7,5%)	153.176.234,00	14,4%
Venda de Bens de investimento	26.185.790,00	39.932.092,00	52,50%	30.136.572,00	(24,53%)	5.563.849,00	(81,54%)
Transferências de capital	3.002.648,00	3.051.751,00	1,64%	786.304,00	(74,23%)	924.175,00	17,53%
Activos financeiros	369.710,00	120,00	(99,97%)	120,00	0,00%	120,00	0,00%
Passivos financeiros	5.890.720,00	395.087,00	(93,29%)	110,00	(99,97%)	60,00	(45,45%)
Outras receitas de capital	843.790,00	675.975,00	(19,89%)	1.039.255,00	53,74%	311.614,00	(70,02%)
Receita de Capital	36.292.658,00	44.055.025,00	21,39%	31.962.361,00	(27,4%)	6.799.818,00	(78,7%)
Reposições não abatidas nos pagamentos	10,00	10,00	0,00%	10,00	0,00%	10,00	0,00%
Saldo de Gerência	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outras Receitas	10,00	10,00	0,00%	10,00	0,00%	10,00	0,00%
Receita Total	170.500.000,00	188.850.000,00	10,76%	165.850.000,00	(12,18%)	159.976.062,00	(3,54%)



VI - Orçamento da Despesa para 2015

No mapa 3 evidencia-se a distribuição do montante de despesa orçamentada para 2015 por classificação económica.

Do total salienta-se as despesas com Aquisição de Bens e Serviços Correntes (45,51%), sendo que cerca de 30 % deste valor diz respeito à aquisição de serviços com a recolha de resíduos, limpeza urbana de terrenos e de ribeiras. Seguida das despesas de Pessoal (21,80%) e de Aquisição de Bens de Investimento (12,75 %).

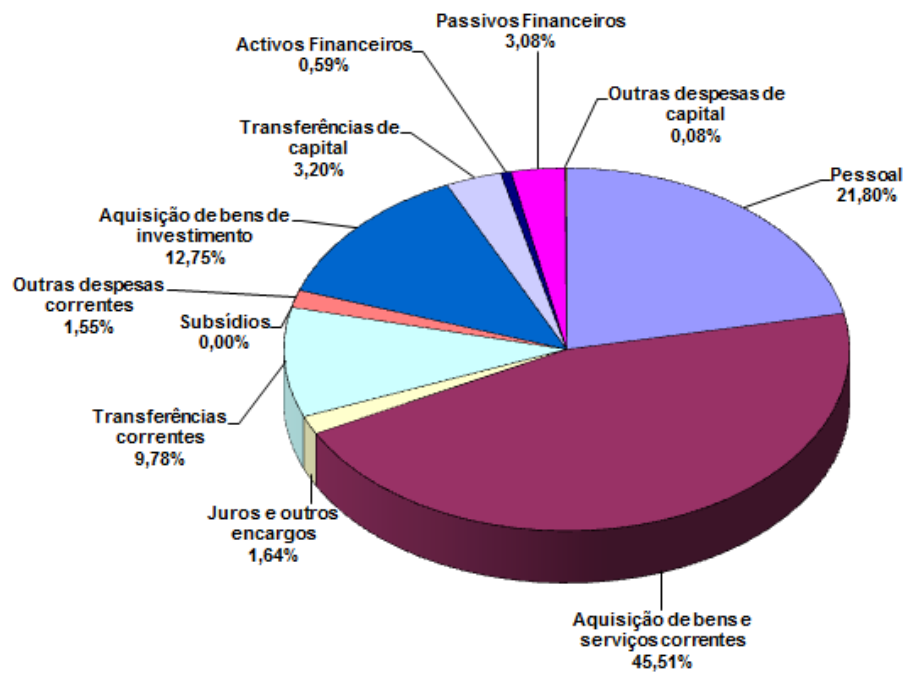
Composição da Despesa para 2015 e pesos percentuais

Mapa 3 - Pesos percentuais por classificação económica da Despesa 2015

Designação	2015 Orçado	Pesos Percentuais
Pessoal	34.881.240,00	21,80%
Aquisição de bens e serviços correntes	72.807.008,00	45,51%
Juros e outros encargos	2.619.251,00	1,64%
Transferências correntes	15.652.065,00	9,78%
Subsídios	10,00	0,00%
Outras despesas correntes	2.484.750,00	1,55%
Despesa Corrente	128.444.324,00	80,29%
Aquisição de bens de investimento	20.403.258,00	12,75%
Transferências de capital	5.117.990,00	3,20%
Activos Financeiros	950.884,00	0,59%
Passivos Financeiros	4.925.991,00	3,08%
Outras despesas de capital	133.615,00	0,08%
Despesa de Capital	31.531.738,00	19,71%
Despesa Total	159.976.062,00	100,00%

À semelhança da receita, pode ver-se graficamente, a distribuição por classificação económica:

Pesos relativos das componentes da Despesa



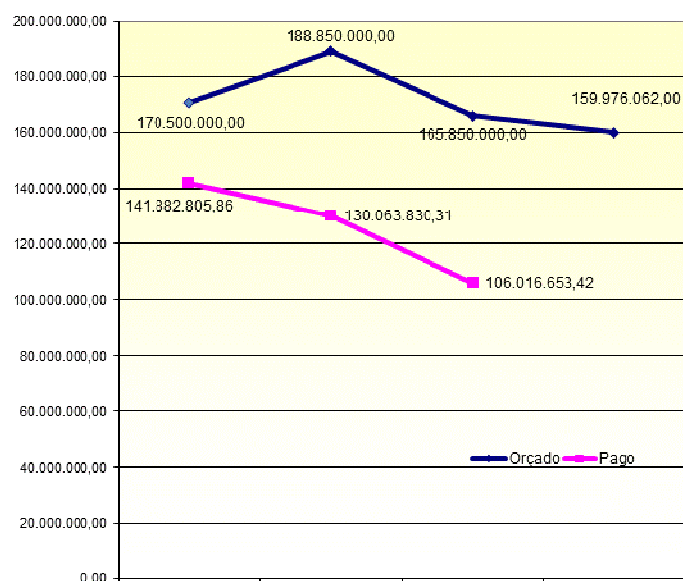
Evolução da Despesa Orçada 2012 a 2015

O Orçamento da Despesa para 2015 apresenta uma diminuição de 3,54 % na sua dotação total face à de 2014, passando de € 165.850.000 (2014) para € 159.976.062 (2015).

Mapa 4 - Evolução da Despesa Orçada 2012 a 2015

Designação	OM 2012	OM 2013	Variação 2012/2013	OM 2014	Variação 2013/2014	OM 2015	Variação 2014/2015
Pessoal	31.233.254,00	31.679.806,00	1,43%	32.863.854,00	3,74%	34.881.240,00	6,14%
Aquisição de bens e serviços correntes	66.910.498,00	69.215.907,00	3,45%	71.743.329,00	3,65%	72.807.008,00	1,48%
Juros e outros encargos	2.210.438,00	2.890.535,00	30,77%	3.057.966,00	5,79%	2.619.251,00	(14,35%)
Transferências correntes	23.144.743,00	26.627.645,00	15,05%	19.681.631,00	(26,09%)	15.652.065,00	(20,47%)
Subsídios	10,00	10,00	0,00%	10,00	100,00%	10,00	0,00%
Outras despesas correntes	5.193.351,00	3.045.127,00	(41,36%)	3.998.778,00	31,32%	2.484.750,00	(37,86%)
Despesa Corrente	128.692.294,00	133.459.030,00	3,70%	131.345.568,00	(1,58%)	128.444.324,00	(2,21%)
Aquisição de bens de capital	27.415.392,00	42.159.740,00	53,78%	24.956.609,00	(40,80%)	20.403.258,00	(18,25%)
Transferências de capital	10.339.630,00	8.156.939,00	(21,11%)	5.355.969,00	(34,34%)	5.117.990,00	(4,44%)
Activos Financeiros	10,00	10,00	0,00%	0,00	(100,00%)	950.884,00	100,00%
Passivos Financeiros	2.500.000,00	3.200.000,00	28,00%	4.050.000,00	26,56%	4.925.991,00	21,63%
Outras despesas de capital	1.552.674,00	1.874.281,00	20,71%	141.854,00	(92,43%)	133.615,00	(5,81%)
Despesa de Capital	41.807.706,00	55.390.970,00	32,49%	34.504.432,00	(37,71%)	31.531.738,00	(8,62%)
Despesa Total	170.500.000,00	188.850.000,00	10,76%	165.850.000,00	(12,18%)	159.976.062,00	(3,54%)

Despesa (Orçado e Pago)



Resumo da Despesa por Classificação Orgânica 2015

A Unidade Orgânica com maior percentagem de despesa é a Direção Municipal de Apoio à Gestão (36,68 %), devendo-se esta situação ao facto de que lhe são imputadas todas as despesas de funcionamento do Município.

Mapa 5 - Resumo da Despesa por Classificação Orgânica 2015

	Orgânica	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total	%
01.01	Assembleia Municipal (AM)	91.250,00		91.250,00	0,06%
01.02	Câmara Municipal (CM)	340.000,00		340.000,00	0,21%
01.03	Operações Financeiras	2.614.491,00	4.925.991,00	7.540.482,00	4,71%
01.04	Classes Inactivas (CLI)	107.700,00		107.700,00	0,07%
02.00	Gabinete da Presidência (GPRE)	330.650,00		330.650,00	0,21%
03.00	Gabinete de Relações Públicas e Protocolo (GRPP)	684.489,00	17.614,00	702.103,00	0,44%
04.00	Gabinete de Apoio à C. Mun. e Notariado (GACN)	935.410,00		935.410,00	0,58%
05.00	Gabinete de Auditoria Interna (GAUD)	57.050,00		57.050,00	0,04%
06.00	Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal (GAAM)	42.260,00		42.260,00	0,03%
07.00	Direção Mun.de Coesão e Capacitação Social (DMCC)	136.350,00		136.350,00	0,09%
07.01	Departamento de Hab. Desenvolvimento Social (DHS)	6.396.030,00	510.923,00	6.906.953,00	4,32%
07.02	Departamento de Ed., Desp., Juv. e Pr. Cul. (DED)	8.314.027,00	371.811,00	8.685.838,00	5,43%
08.00	Direção Mun. de Gestão e Int. Territorial (DMGI)	266.550,00		266.550,00	0,17%
08.01	Departamento de Gestão Territorial (DGT)	3.117.516,00	242.675,00	3.360.191,00	2,10%
08.02	Departamento de Intervenção Territorial (DIT)	23.286.638,00	13.862.088,00	37.148.726,00	23,22%
09.00	Direção Mun. de Est., Inov. e Qualificação (DMEI)	139.910,00		139.910,00	0,09%
09.01	Departamento de Desenvolvimento Estratégico (DDE)	4.402.793,00	474.302,00	4.877.095,00	3,05%
09.02	Departamento de Pl. e Qualificação Ambiental (DPQ)	1.276.910,00		1.276.910,00	0,80%
09.03	Departamento de Inovação e Comunicação (DIC)	5.427.875,00	867.474,00	6.295.349,00	3,94%
10.00	Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)	51.407.035,00	7.277.267,00	58.684.302,00	36,68%
10.01	Departamento de Gestão Fin. e Patrimonial (DFP)	1.590.564,00	2.065.481,00	3.656.045,00	2,29%
10.02	Departamento de R. Humanos e Ass. Jurídicos (DHJ)	13.312.365,00	16.000,00	13.328.365,00	8,33%
11.00	Departamento de Polícia Mun. e Fiscalização (DPF)	2.635.245,00	132.046,00	2.767.291,00	1,73%
12.00	Serviço Municipal de Proteção Civil (SPC)	1.531.216,00	768.066,00	2.299.282,00	1,44%
Total		128.444.324,00	31.531.738,00	159.976.062,00	100,00%

VII - Equilíbrio Orçamental 2015

A Proposta do Orçamento para 2015, encontra-se equilibrada uma vez que a receita corrente bruta é superior à despesa corrente adicionada das amortizações médias de empréstimos a M/L prazos, de acordo com o art.º 40 da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro.

Mapa 6 - Equilíbrio Orçamental 2015

		Despesa Corrente	128.444.324,00
Receita Corrente bruta	153.176.234,00	Amortizações Médias de Empréstimos M/L prazos	3.992.768,00
Total (1)	153.176.234,00	Total (2)	132.437.092,00
Receita Corrente bruta ≥ Despesa corrente + Amortizações Médias Empréstimos M/L Prazos (3)=(1)-(2)			20.739.142,00

VIII - Grandes Opções do Plano 2015 - 2018

Em termos orçamentais podemos observar, as GOP para 2015 – 2018 ao nível do “Programa”, no mapa que se segue.

Mapa 7 – GOP 2015 a 2018

Obj.	Prog.	Designação	Orçado 2015	Orçado 2016	Orçado 2017	Orçado 2018
01		EDUCAÇÃO	8.268.077,00	7.065.600,00	7.062.500,00	7.097.500,00
01	001	Ensino Pré-Escolar	339.679,00	290.000,00	565.000,00	600.000,00
01	002	Ensino Básico / Secundário	2.000.557,00	840.000,00	490.000,00	490.000,00
01	003	Descentralização Pré-Escolar e Básico	366.093,00	317.500,00	367.500,00	367.500,00
01	004	Ensino Artístico e Desportivo	1.537.268,00	1.296.000,00	1.296.000,00	1.296.000,00
01	005	Promoção e Solidariedade	3.732.230,00	4.043.000,00	4.043.000,00	4.043.000,00
01	006	Apoio / Promoção Projectos Educativos	117.007,00	114.000,00	130.000,00	130.000,00
01	007	Apoio Iniciativas Comunidade	31.762,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
01	008	Espaços de (In)formação e Lazer	141.653,00	139.100,00	145.000,00	145.000,00
01	009	Informação / Divulgação / Promoção	1.828,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
02		CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE	6.144.943,00	4.494.841,00	3.740.645,00	2.667.270,00
02	001	Equipamentos	1.496.272,00	11.500,00	1.084.875,00	11.500,00
02	002	Funcionamento	239.250,00	139.010,00	99.010,00	99.010,00
02	003	Associações/Colectividades e Outras Instituições	253.340,00	122.500,00	122.500,00	122.500,00
02	004	Promoção e Desenvolvimento	480.837,00	365.760,00	403.260,00	403.260,00
02	005	Desporto e Tempos Livres	1.946.510,00	2.225.000,00	475.000,00	475.000,00
02	006	Juventude	1.728.734,00	1.631.071,00	1.556.000,00	1.556.000,00
03		ACÇÃO SOCIAL	4.937.441,00	10.849.023,00	6.907.744,00	4.907.744,00
03	001	População Deficiente	763.242,00	2.023.194,00	2.472.460,00	472.460,00
03	002	População Idosa	1.357.892,00	2.483.794,00	1.950.294,00	1.950.294,00
03	003	Grupos de Risco	762.299,00	2.175.409,00	503.864,00	503.864,00
03	004	Infância	1.317.261,00	1.373.402,00	1.323.402,00	1.323.402,00
03	005	Intervenção Socio/Territorial	404.875,00	2.289.908,00	268.408,00	268.408,00
03	007	Acções Gerais / Igualdade de Oportunidades	78.978,00	79.146,00	79.146,00	79.146,00
03	008	Promoção da Solidariedade	795,00	4.000,00	0,00	0,00
03	010	Redes / Parcerias	196.130,00	367.500,00	257.500,00	257.500,00
03	011	Desenvolvimento Sócio - Territorial	55.969,00	52.670,00	52.670,00	52.670,00
04		SAÚDE	525.162,00	2.470.019,00	470.519,00	470.519,00
04	001	Estruturas de Saúde	220.554,00	1.960.500,00	260.500,00	260.500,00
04	002	Educação Para a Saúde	99.718,00	140.000,00	13.500,00	13.500,00
04	003	Programas Municipais	86.589,00	150.519,00	66.519,00	66.519,00
04	004	Toxicodependências	118.301,00	219.000,00	130.000,00	130.000,00
05		HABITAÇÃO E URBANISMO	6.378.900,00	3.418.741,00	6.105.291,00	2.350.000,00
05	001	Programa Especial de Realojamento	5.310,00	20.000,00	0,00	0,00
05	002	Habitação Social	74.650,00	5.000,00	750.000,00	0,00
05	003	Planeamento Estratégico	764.226,00	254.528,00	625.500,00	400.000,00
05	004	Requalificação Urbana	3.552.250,00	1.739.000,00	960.000,00	1.670.000,00
05	005	Loteamentos Particulares	10,00	10.000,00	0,00	0,00
05	006	Legalização / Recuperação Loteamentos Ilegais	217.162,00	275.000,00	275.000,00	275.000,00
05	008	Assuntos Patrimoniais	1.765.292,00	1.115.213,00	3.494.791,00	5.000,00
06		SANEAMENTO E SALUBRIDADE	11.702.408,00	11.230.876,00	8.191.000,00	7.872.500,00
06	002	Remoção/Tratamento Final de Resíduos Sólidos e Águas Residuais	10,00	0,00	0,00	0,00
06	003	Higiene Pública	11.681.342,00	11.218.376,00	8.178.500,00	7.860.000,00
06	004	Cemitérios	12.054,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00
06	005	Recolha Resíduos Sólidos / Limpeza Arruamentos	9.002,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
07		PROTECÇÃO CIVIL E POLÍCIA MUNICIPAL	2.353.397,00	1.722.723,00	1.200.500,00	1.200.500,00
07	001	Protecção Civil	1.961.826,00	1.498.223,00	976.000,00	976.000,00
07	002	Polícia Municipal	391.571,00	224.500,00	224.500,00	224.500,00
08		DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO/ABAST.PÚBLICO	1.561.867,00	535.448,00	147.500,00	147.500,00
08	001	Desenvolvimento Turístico	75.072,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
08	002	Mercados e Feiras	1.343.056,00	359.080,00	0,00	0,00
08	003	Modernização Aparelho Comercial	48.762,00	0,00	0,00	0,00
08	004	Promoção Qualidade Atividades Económica	94.977,00	116.368,00	87.500,00	87.500,00
09		TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	3.759.305,00	1.060.174,00	11.879.374,00	8.010.174,00
09	001	Desenvolvimento Rede Viária	1.729.341,00	0,00	9.819.200,00	6.350.000,00
09	002	Manutenção Rede Viária	2.029.964,00	1.060.174,00	2.060.174,00	1.660.174,00
10		MEIO AMBIENTE	2.889.255,00	1.129.629,00	1.149.629,00	1.099.629,00
10	001	Protecção Recursos Naturais/Qualidade Ambiental	330.084,00	167.500,00	167.500,00	167.500,00
10	002	Espaços e Zonas Verdes	1.734.452,00	812.129,00	812.129,00	762.129,00
10	003	Litoral	266.560,00	35.000,00	40.000,00	40.000,00
10	004	Agenda XXI	558.159,00	115.000,00	130.000,00	130.000,00
11		ACTIVIDADES DE ÂMBITO GERAL	36.602.415,00	34.745.135,00	34.791.095,00	33.546.746,00
11	001	Transferências Facultativas nas Freguesias	4.174.184,00	2.556.462,00	2.556.462,00	1.319.462,00
11	002	Relações Externas e Cooperação	85.305,00	58.520,00	58.520,00	58.520,00
11	003	Relações Protocolares Públicas Externas	867.912,00	804.889,00	745.849,00	738.500,00
11	004	Participação do Município em Associações, Empresas	30.808.745,00	31.072.800,00	31.172.800,00	31.172.800,00
11	006	Assuntos Jurídicos	637.343,00	229.964,00	229.964,00	229.964,00
11	007	Pelouros Horizontais - Área de Intervenção estratégica	28.926,00	22.500,00	27.500,00	27.500,00
12		MODERNIZAÇÃO E ESTRUTURAS	5.691.360,00	3.148.435,00	3.315.875,00	3.298.930,00
12	001	Recursos Humanos e Modernização Administrativa	3.008.958,00	1.475.420,00	1.213.830,00	1.213.830,00
12	002	Informática e Telecomunicações	1.535.324,00	681.070,00	1.110.100,00	1.110.100,00
12	003	Instalações Municipais	875.491,00	904.445,00	904.445,00	887.500,00
12	004	Mobiliário / Equipamento Ferramentas / Viaturas	271.587,00	87.500,00	87.500,00	87.500,00

Obj.	Prog.	Designação	Orçado 2015	Orçado 2016	Orçado 2017	Orçado 2018
13		DESPEAS COM PESSOAL	34.881.240,00	34.881.240,00	34.881.240,00	34.881.240,00
13	001	Assembleia Municipal	538.700,00	538.700,00	538.700,00	538.700,00
13	002	Câmara Municipal	330.650,00	330.650,00	330.650,00	330.650,00
13	003	Classes Inativas	252.520,00	252.520,00	252.520,00	252.520,00
13	004	Gabinete da Presidência	935.410,00	935.410,00	935.410,00	935.410,00
13	005	Divisão de Apoio ao Provedor Municipal	57.050,00	57.050,00	57.050,00	57.050,00
13	006	Gabinete de Auditoria Interna	42.260,00	42.260,00	42.260,00	42.260,00
13	007	Direção Municipal Planeamento Território Gestão Urbanística	3.339.660,00	3.339.660,00	3.339.660,00	3.339.660,00
13	008	Direção Municipal de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	9.028.430,00	9.028.430,00	9.028.430,00	9.028.430,00
13	009	Direção Municipal de Obras e Manutenção	6.159.970,00	6.159.970,00	6.159.970,00	6.159.970,00
13	010	Departamento de Polícia e Fiscalização	11.512.340,00	11.512.340,00	11.512.340,00	11.512.340,00
13	011	Serviço Municipal de Proteção Civil	2.375.720,00	2.375.720,00	2.375.720,00	2.375.720,00
13	012	Direção Municipal das Áreas de Suporte	308.530,00	308.530,00	308.530,00	308.530,00
14		DESPEAS GERAIS	34.280.292,00	34.280.292,00	34.280.292,00	34.280.292,00
14	001	Despesas Gerais de Funcionamento	21.128.428,00	21.128.428,00	21.128.428,00	21.128.428,00
14	002	Encargos Obrigatórios	11.200.730,00	11.200.730,00	11.200.730,00	11.200.730,00
14	03	Assembleia Municipal	250,00	250,00	250,00	250,00
14	04	Fundos	1.950.884,00	1.950.884,00	1.950.884,00	1.950.884,00
Total Geral:			159.976.062,00	151.032.176,00	154.123.204,00	141.830.544,00

A distribuição do orçamento da despesa é uniforme ao longo do quadriénio, conforme se verifica facilmente no mapa 8.

Em 2015 o Objetivo com maior volume de despesa orçamentada é o das "Atividades de Âmbito Geral" (€ 36.602.412), seguido imediatamente do das "Despesas com Pessoal" (€ 34.881.240) e das "Despesas Gerais" (€ 34.280.292).

Mapa 8 – Resumo das GOP 2015 a 2018

Obj.	Prog.	Designação	Orçado 2015	Orçado 2016	Orçado 2017	Orçado 2018
01		EDUCAÇÃO	8.268.077,00	7.065.600,00	7.062.500,00	7.097.500,00
02		CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE	6.144.943,00	4.494.841,00	3.740.645,00	2.667.270,00
03		ACÇÃO SOCIAL	4.937.441,00	10.849.023,00	6.907.744,00	4.907.744,00
04		SAÚDE	525.162,00	2.470.019,00	470.519,00	470.519,00
05		HABITAÇÃO E URBANISMO	6.378.900,00	3.418.741,00	6.105.291,00	2.350.000,00
06		SANEAMENTO E SALUBRIDADE	11.702.408,00	11.230.876,00	8.191.000,00	7.872.500,00
07		PROTECÇÃO CIVIL E POLICIA MUNICIPAL	2.353.397,00	1.722.723,00	1.200.500,00	1.200.500,00
08		DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO/ABAST.PÚBLICO	1.561.867,00	535.448,00	147.500,00	147.500,00
09		TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	3.759.305,00	1.060.174,00	11.879.374,00	8.010.174,00
10		MEIO AMBIENTE	2.889.255,00	1.129.629,00	1.149.629,00	1.099.629,00
11		ACTIVIDADES DE ÂMBITO GERAL	36.602.415,00	34.745.135,00	34.791.095,00	33.546.746,00
12		MODERNIZAÇÃO E ESTRUTURAS	5.691.360,00	3.148.435,00	3.315.875,00	3.298.930,00
13		DESPEAS COM PESSOAL	34.881.240,00	34.881.240,00	34.881.240,00	34.881.240,00
14		DESPEAS GERAIS	34.280.292,00	34.280.292,00	34.280.292,00	34.280.292,00
Total Geral:			159.976.062,00	151.032.176,00	154.123.204,00	141.830.544,00

Despesa por Classificação Orgânica 2015 a 2018

No mapa 9 encontra-se retratada a distribuição da despesa orçamentada, no quadriénio 2015 a 2018, por classificação orgânica.

A unidade orgânica com maior volume de despesa orçamentada no período em análise é a Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG), seguida do Departamento de Intervenção Territorial (DIT) e do Departamento de Educação e Desporto (DED).

Mapa 9 – Resumo da Despesa por classificação orgânica

Orgânica	Orçado 2015	Orçado 2016	Orçado 2017	Orçado 2018	
0101	Assembleia Municipal (AM)	91.250,00	91.250,00	91.250,00	91.250,00
0102	Câmara Municipal (CM)	340.000,00	340.000,00	340.000,00	340.000,00
0103	Operações Financeiras	7.540.482,00	7.540.482,00	7.540.482,00	7.540.482,00
0104	Classes Inativas (CL1)	107.700,00	107.700,00	107.700,00	107.700,00
0200	Gabinete da Presidência (GPPE)	330.650,00	330.650,00	330.650,00	330.650,00
0300	Gabinete de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo (GRIP)	702.103,00	778.540,00	778.540,00	778.540,00
0400	Gabinete de Apoio à Câmara Municipal e Notariado (GACN)	935.410,00	935.410,00	935.410,00	935.410,00
0500	Gabinete de Auditoria Interna (GAUD)	57.050,00	57.050,00	57.050,00	57.050,00
0600	Gabinete de Apoio à Câmara Municipal e Notariado (GACN)	42.260,00	42.260,00	42.260,00	42.260,00
0700	DM Coesão e Capacitação Social (DMCC)	136.350,00	136.350,00	136.350,00	136.350,00
0701	Departamento de Habitação e Desenvolvimento Social (DHS)	6.906.953,00	9.508.472,00	7.492.693,00	6.742.693,00
0702	Departamento de Educação e Desporto (DED)	8.685.838,00	10.304.480,00	8.901.380,00	8.936.380,00
0800	DM Gestão e Intervenção Territorial (DMGI)	266.550,00	266.550,00	266.550,00	266.550,00
0801	Departamento de Gestão Territorial (DGT)	3.360.191,00	3.117.418,00	3.068.550,00	3.068.550,00
0802	Departamento de Intervenção Territorial (DIT)	37.148.726,00	31.694.548,00	36.247.599,00	29.472.579,00
0900	DM Estratégia, Inovação e Qualificação (DMEI)	139.910,00	139.910,00	139.910,00	139.910,00
0901	Departamento de Desenvolvimento Estratégico (DDE)	4.877.095,00	3.766.595,00	3.779.095,00	3.779.095,00
0902	Departamento de Planeamento e Participações (DPC)	1.276.910,00	829.690,00	829.690,00	829.690,00
0903	Departamento de Inovação e Comunicação (DIC)	6.295.349,00	5.186.965,00	5.490.494,00	5.414.645,00
1000	DM Apoio à Gestão (DMAG)	58.684.302,00	57.283.586,00	57.383.586,00	56.146.586,00
1001	Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial (DFP)	3.656.045,00	2.757.693,00	5.126.201,00	1.636.410,00
1002	Departamento de Recursos Humanos e Assuntos Jurídicos (DHJ)	13.328.365,00	11.387.104,00	11.125.514,00	11.125.514,00
1100	Departamento de Polícia Municipal e Fiscalização (DPF)	2.767.291,00	2.600.220,00	2.600.220,00	2.600.220,00
1200	Serviço Municipal de Proteção Civil (SPC)	2.299.282,00	1.829.253,00	1.312.030,00	1.312.030,00
Total Geral		159.976.062,00	151.032.176,00	154.123.204,00	141.830.544,00

CASCAIS

www.cascais.pt



DMAG | DFP | DPCO